



PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO ADG/7/2025/MVP

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

1 - Objeto do Contrato

Aquisição de serviços para formação e revisão da metodologia de dedução de IVA referente aos anos de 2024 e 2025.

2 - Tipo do contrato

Aquisição de Serviços.

3 - Designação:

Aquisição de serviços para formação e revisão da metodologia de dedução de IVA referente aos anos de 2024 e 2025

4 - Classificação CPV em que se insere o objeto do contrato

A classificação CPV em que se insere o objeto do contrato é Serviços de contabilidade, de auditoria e fiscais com a referência interna 79200000-6.

5 - Prazo da execução do contrato

18 Meses

6 - Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Vila do Porto, situada em Largo Nossa Senhora da Conceição, 9580-539 Vila do Porto, com os números de telefone 296820000 e de fax 296820009 e com o endereço eletrónico geral@cm-viladoporto.pt

O contrato é adjudicado por uma central de compras?

Não

7 - Órgão responsável pela decisão de contratar

A decisão de contratar é da responsabilidade do Presidente de Câmara no uso da competência própria.

8 - Têm fundos EU?

Não

9 - Previamente à abertura do procedimento foi realizada uma consulta preliminar ao mercado

Sim

10 -**Previsão de renovações**

Não

11 - Contrato adequado para PME

Sim

12 - Gestores de contrato

Lubélia Maria de Melo Figueiredo Chaves
(Responsável principal)

13 - Critério

O procedimento será realizado através do critério do valor.

14 - Fundamentação para a escolha do procedimento de formação do contrato

Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos

15 - Aplica-se a contratos reservados(54-A)?

A participação não está reservada

16 - Preço Base

O preço base fixado será de 19.980,00 euros.

17 - Documentos que deverão ser obrigatoriamente apresentados com a proposta

- Certidão do registo comercial (Certidão permanente com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções) ou respetivo código de acesso para consulta. (Formato PDF);
- Declaração conforme anexo I ao CPP (a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57º) (Formato PDF);
- Declaração de Registo Central do Beneficiário Efetivo (alínea b) do nº 1 art.º 37º da Lei nº 89/2017, de 21 de agosto) ou código para consulta (Formato PDF);
- Documentos que, em função do objecto do contrato a celebrar e dos aspectos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar (Formato PDF);
- Proposta de preço (Formato PDF).

18 - Idioma dos documentos da proposta

Nos termos do número 3 do artigo 58.º do CCP, quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, podem ser redigidos em Português

19 - Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados

- Declaração de acordo com o anexo II ao Código dos Contratos Públicos. (Formato PDF);
- Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º (Formato PDF).

20 - Prazo de entrega dos documentos de habilitação

O prazo para a entrega dos documentos de habilitação é de 5 dias úteis após a data de adjudicação até às 23 horas e 59 minutos.

21 - Prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados

O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados é de 2 dias úteis.

22 - Prazo para entrega da proposta

O prazo limite para a apresentação das propostas é de 7 dias a contar a partir da data do envio dos convites, até às 23 horas e 59 minutos.

23 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a respetiva proposta

66 dias a contar do termo do prazo para apresentação das propostas.

24 - Modo de apresentação da proposta

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da plataforma eletrónica acinGov (www.acingov.pt).

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Obrigações de Subcontratação

Não é aplicável nenhuma obrigação de subcontratação.

Indicação de Subcontratação na Proposta



Inexistência de indicação de subcontratação.

25 - Pedidos de esclarecimentos

Todas as questões e/ou pedidos de esclarecimento deverão ser colocados ao órgão competente, neste caso o Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto.

26 - Prestação da caução

Não é exigida a prestação de caução.

* Este documento, bem como todas as peças do procedimento, foi assinado digitalmente pelo órgão responsável pela decisão de contratar no momento da aprovação de abertura do procedimento.